

Direito Cibernético (no Brasil)

. . .



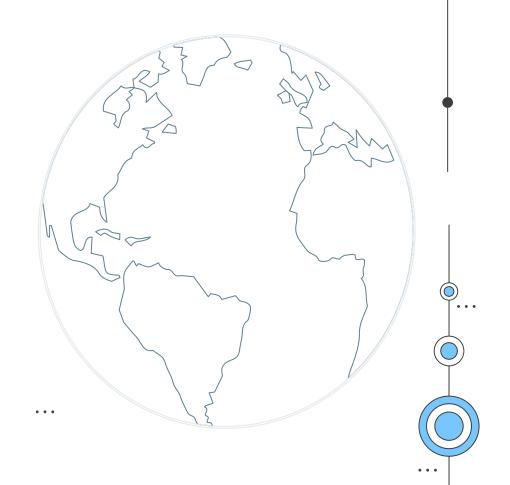
Participantes



1. Felipe Fonte



- 2. Guido Medeiros
- 3. Guilherme Amorim
- 4. João Santana
- 5. Miguel Batalha
- 6. Yuri Alencar





O que é o Direito Cibernético?

Conteúdo

Principais características Aplicação no Brasil



Principais leis

Marco civil da Internet LGPD

Lei Carolina Dieckmann



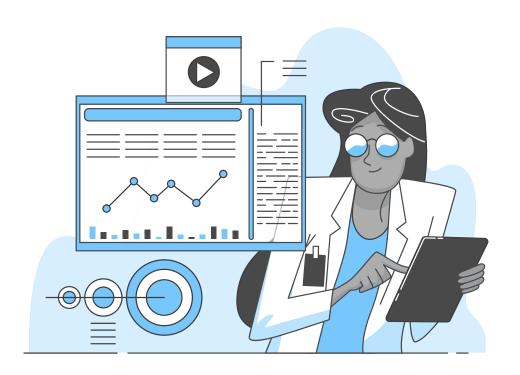
Crimes cibernéticos

Principais crimes Casos marcantes



Conclusão

Desafios da área Futuro do Direito Digital Nosso papel nesse futuro





Conceito: O que é o Direito Cibernético?

- Direito Digital ou Cibernético
 - ☐ Surgimento e evolução
 - Características
 - Importância
 - ☐ Áreas de atuação





Marco civil da Internet

- Lei n° 12.965, de 23 de abril 2014
- ...
- Sancionado pela então presidente Dilma Rousseff
- Objetivos
- Modo de funcionamento
- Princípios



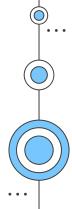




Marco Civil da Internet

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

. .





Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

- □ O que é a LGPD?
- Quais são seus 3 pilares?
- Quais são seus fundamentos?
- Qual o principal objetivo?
- Quem a LGPD protege?

• •





Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

- Quem a LGPD não protege?

- ...
- Quais seus 11 princípios
- O que é um dado pessoal?



• Qual a situação atual da LGPD no Brasil?

• •







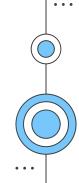




Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

• •





Lei Carolina Dieckmann

- 🔍 🖵 🛮 Lei Brasileira 12.737/2012, sancionada por Dilma Rousseff
 - Quem é Carolina Dieckmann?
 - Contexto
 - Importância



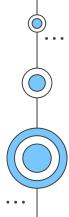




Lei Carolina Dieckmann

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos e dá outras providências.

. .

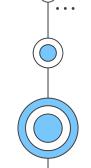


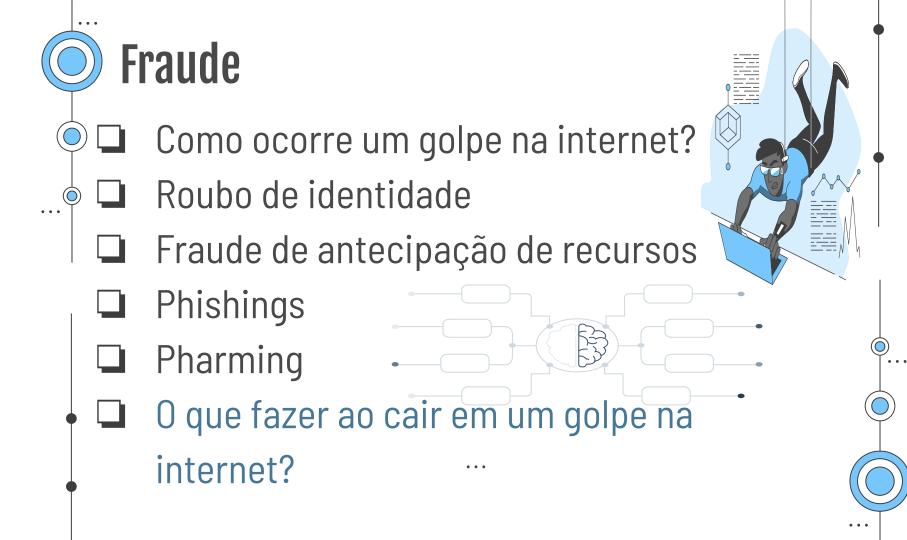


- □ 0 que são?
- - □ Brasil foi o 5º país com mais ataques
 - cibernéticos no ano (!)
 - Categorias
 - Prevenção





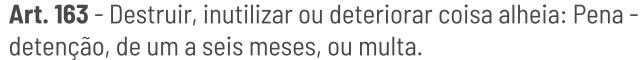








Dano



Supressão de documentos

Art. 305 - Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular.





Espionagem Cibernética



- Roubo de dados para espionagem industrial e geopolítica.
- Acesso à informações confidenciais de empresas privadas e até mesmo órgãos públicos.
- Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências:
 - Art. 10. A quebra de sigilo, fora das hipóteses autorizadas nesta Lei



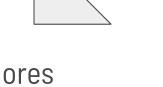
Complementar, constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa, aplicando-se, no que couber, o Código Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem omitir, retardar injustificadamente ou prestar falsamente as informações requeridas nos termos desta Lei Complementar.



Ciberataques no mundo gamer

- Problema em ascendente na era digital
- Diferentes formas
- ☐ Tipos:
 - ☐ Hacking de contas
 - ☐ Trapaças e cheats
 - ☐ Ataques de negação de serviço (DDo
 - ☐ Roubo de informações pessoais













Calúnia

Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

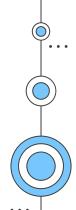
§ 2º - É punível a calúnia contra os mortos.

Difamação

Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.





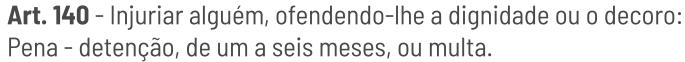




Defacement



Injúria



- § 1º 0 juiz pode deixar de aplicar a pena: I quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria; II no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.
- § 2º Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes: Pena detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.
- § 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena reclusão de um a três anos e multa.



Defacement





Dano Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

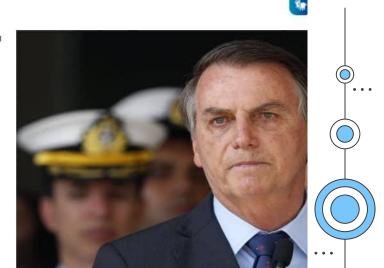
VICE-PREFEITO Jair Bolsonaro

Administração 2021-2024

Bolsonaro fez muita e foi rebaixado para vice prefeito desta cidadezinha para aprender tudo direito antes de virar presidente!

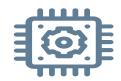
o_hacker_sincero@protonmail.com

BTC=12JGDLdQJzQhfzE5s4jDocnTygHrcZVckS





Defacement





Art. 265 - Atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força ou calor, ou qualquer outro de utilidade pública:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único - Aumentar-se-á a pena de 1/3 (um terço) até a metade, se o dano ocorrer em virtude de subtração de material essencial ao funcionamento dos serviços.

Art. 266 - Interromper ou perturbar serviço telegráfico, radiotelegráfico ou telefônico, impedir ou dificultar-lhe o restabelecimento:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.







O combate aos crimes cibernéticos é uma tarefa complexa, que exige o envolvimento de diversos atores, como governos, empresas e sociedade civil.

A nossa importância como estudantes de Direito para o combate aos crimes cibernéticos no futuro

. . .



https://www.jusbrasil.com.br/artigos/nocoes-basicas-de-direito-cibernetico/815953009

https://fcft.com.br/direito-cibernetico-o-que-e-e-como-se-relaciona-com-a-area-trabalhista /#:~:text=0%20Direito%20Cibern%C3%A9tico%2C%20tamb%C3%A9m%20chamado,%C3% Alrea%20mais%20promissora%20do%20Direito.

https://www.projuris.com.br/blog/direito-digital/#:~:text=Confira%20o%20artigo!-,0%20gu e%20%C3%A9%20direito%20digital%3F,espa%C3%A7os%20e%20em%20aparelhos%20ele tr%C3%B4nicos.

https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/lei-carolina-dieckmann-10-anos-da-lei-que-protege -a-privacidade-dos-brasileiros-no-ambiente-virtual/

https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicaosemanal/marco-civil-da-internet

